

A INGERÊNCIA DA CORRUPÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

LARA FEITOSA

JOSÉ MILTON DE SOUSA-FILHO

Introdução

Esta pesquisa examinou a ingerência da corrupção na distribuição da riqueza nos países América Latina (exceto Cuba e Haiti), bem como utilizou como variáveis moderadores a saúde, educação e o índice de desenvolvimento humano - IDH. Sabe-se que os impactos da corrupção sobre a economia são diversos e dependem da forma e da extensão dos atos corruptos. As análises empíricas na literatura econômica a esse respeito buscam entender a direção desses impactos e como isso interage com outros problemas institucionais dos países

Problema de Pesquisa e Objetivo

é relevante estabelecer um nexa entre a corrupção e a distribuição da riqueza, com o propósito de contribuir para o preenchimento desta lacuna teórica. Assim, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quanto maior o nível de corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país? Para responder à pergunta acima, escolheu-se, como campo para coleta dos dados a serem analisados, os países da América Latina (exceto Haiti e Cuba). O objetivo deste estudo foi avaliar a influência da corrupção na distribuição da riqueza dos países da América Latina.

Fundamentação Teórica

Parte da literatura existente, considera a corrupção como danosa à distribuição da riqueza ou seja, independente de variáveis institucionais, o impacto da corrupção na distribuição da riqueza será negativo, conforme preconiza a hipótese conhecida por Sand The Weels (Ades & Tella, 1997; Mauro, 1995; Méon & Sekkat, 2005) Nouta vertente, há uma outra hipótese, na qual, a corrupção pode ter efeito positivo predominante, dependendo do contexto institucional considerado. Essa é conhecida como a hipótese de Grease the Weels. (Leff, 1964; Leys, 1965).

Metodologia

O método utilizado foi dados em painel em efeitos aleatórios para 18 (dezoito) países no período de 2010 a 2020. Descobriu-se que a relação entre a corrupção e a distribuição da riqueza apesar de ser inversamente proporcional, não é significância. Mesmo entendimento pode ser estendido à saúde. O desenho da pesquisa é fundamental para objetivar o escopo, as técnicas e os métodos aplicados, a fim de responder ao problema de pesquisa. Assim, com base na lacuna teórica entre os construtos “corrupção” e “distribuição de riqueza”, conclui-se que este estudo é exploratório, explicativo e descritivo.

Análise dos Resultados

No que tange à educação e ao IDH, os resultados demonstraram que há uma ligação significativa com a distribuição da riqueza. Assim, investir na melhoria dos índices destas duas variáveis (educação e IDH) é uma forma de oportunizar uma distribuição da riqueza mais igualitária e reduzir as desigualdades sociais nos países da América Latina. Essas descobertas fornecem novos insights sobre as potenciais limitações do uso da variável corrupção embasada em índices de percepção.

Conclusão

A pergunta a ser respondida na presente pesquisa é: “Quanto maior o nível de corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país?” A resposta encontrada foi: “não” para os países da América Latina, ou seja, o menor nível de corrupção de um país não influencia no índice de distribuição da riqueza. Este achado possui entendimento diverso do esposado no referencial teórico e utilizado na elaboração e fundamentação das hipóteses da pesquisa, contudo, por meio de sistema de cálculos estatísticos oportuno para uma adequada análise dos dados obtidos, foi possível perceber a não ocorrência

Referências Bibliográficas

em anexo

Palavras Chave

Corrupção, distribuição da riqueza, ingerência

Agradecimento a órgão de fomento

Universidade de Fortaleza e CAPES

A INGERÊNCIA DA CORRUPÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

RESUMO

Esta pesquisa examinou a ingerência da corrupção na distribuição da riqueza nos países América Latina (exceto Cuba e Haiti), bem como utilizou como variáveis moderadores a saúde, educação e o índice de desenvolvimento humano - IDH. Sabe-se que os impactos da corrupção sobre a economia são diversos e dependem da forma e da extensão dos atos corruptos. As análises empíricas na literatura econômica a esse respeito buscam entender a direção desses impactos e como isso interage com outros problemas institucionais dos países. O método utilizado foi dados em painel em efeitos aleatórios para 18 (dezoito) países no período de 2010 a 2020. Descobriu-se que a relação entre a corrupção e a distribuição da riqueza apesar de ser inversamente proporcional, não é significância. Mesmo entendimento pode ser estendido à saúde. No que tange à educação e ao IDH, os resultados demonstraram que há uma ligação significativa com a distribuição da riqueza. Assim, investir na melhoria dos índices destas duas variáveis (educação e IDH) é uma forma de oportunizar uma distribuição da riqueza mais igualitária e reduzir as desigualdades sociais nos países da América Latina. Essas descobertas fornecem novos insights sobre as potenciais limitações do uso da variável corrupção embasada em índices de percepção. A falta de exatidão desses índices faz com que o risco de estimar incorretamente o nível de corrupção e seus impactos sobre a economia não sejam desprezíveis.

Palavras Chaves: Corrupção. Distribuição da Riqueza. Ingerência fraca.

ABSTRACT

This research and development of Latin American food intake (HDI) and the distribution of wealth in Latin American countries, as well as used as variables and variables for health, education and the index of health variation - HDI . Whether the impacts of wisdom on the economy are diverse and dependent on the extent of corrupt acts. Empirical economic research in this direction seeks to understand these impacts and how they interact with other institutional problems in countries. The method used in panel data on random effects for 18 countries in the period 2010 to 2020. understanding can be extended to health. As far as HDI education is concerned, the results are important and have a significant link to wealth distribution. Thus, the improvement in the improvement of the variable indices (education and HDI) is the form

of opportunity for a more egalitarian distribution of wealth and reducing social inequalities in Latin American countries. Findings Opinions on new insights into how potential uses of information based on indices of perception. The lack of these indices causes the incorrect level of impact to be affected and their values on the economy are not neglected.

Keywords: Corruption. Wealth Distribution. Interference fights.

INTRODUÇÃO

Partindo da análise sobre a questão da desigualdade, Sen (2000) observa que todas as teorias no campo econômico exigem a igualdade de algo, desde as defendidas pelas diversas correntes igualitaristas (de renda, de bem-estar, de recursos) até as utilitaristas, quando propõe a atribuição de pesos iguais aos interesses do conjunto de indivíduos. Contudo a análise deste estudioso destaca que mesmo as abordagens mais comumente aceitas, como a que concebe a pobreza em termos de baixa renda, não reconhecem a diversidade que caracteriza as pessoas e os diferentes contextos que vivem. Por esta razão, não há muita ênfase sobre o bem-estar. Sen (2008) reconhece a importância do caráter descritivo que as medidas tradicionais de pobreza assumem no exame da realidade, porém, destaca que a discussão sobre desigualdades deve firmar-se sobre os diferentes graus de acesso ao poder e às oportunidades.

Para tanto, é valoroso trazer o questionamento de Sen (2000, p. 27), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998: Qual a “relação entre as rendas e as realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver como gostaríamos?”. Uma considerável implicação decorrente deste questionamento é a expansão das liberdades individuais como objetivo da redução das desigualdades e reposicionar o crescimento econômico, como meio e não como fim em si mesmo.

Parte da literatura existente, considera a corrupção como danosa à distribuição da riqueza ou seja, independente de variáveis institucionais, o impacto da corrupção na distribuição da riqueza será negativo, conforme preconiza a hipótese conhecida por *Sand The Weels* (Ades & Tella, 1997; Mauro, 1995; Méon & Sekkat, 2005) Noutra vertente, há uma outra hipótese, na qual, a corrupção pode ter efeito positivo predominante, dependendo do contexto institucional considerado. Essa é conhecida como a hipótese de *Grease the Weels*. (Leff, 1964; Leys, 1965). Neste sentido, é relevante estabelecer umnexo entre a corrupção e a distribuição da riqueza, com o propósito de contribuir para o preenchimento desta lacuna teórica. Assim, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quanto maior o nível de**

corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país?

Para responder à pergunta acima, escolheu-se, como campo para coleta dos dados a serem analisados, os países da América Latina (exceto Haiti e Cuba). A escolha desta região deve-se ao fato de, apesar de ser considerada uma região mais democrática do que em outras partes do mundo, nenhuma das nações que a compõe apresenta uma trajetória ininterrupta de governos democráticos (salvo exceção da Costa Rica), observou-se que houveram sim, governos autoritários com supressão de direitos humanos e civis, materializados em ações estatais de natureza violenta (Baquero, 2015).

Somado isso, constatou-se um declive nas democracias desta região (período de 2010 a 2020). O relatório fornecido pelo Latinobarometro (2017) chamou esse declive de “diabes” democrático, uma doença invisível, que não alarma, contudo corroí a vida. Neste cenário, vislumbrou-se uma redução lenta e gradual de múltiplos indicadores que revelam a deterioração sistemática e crescente das democracias da região. O progresso é visto em indicadores econômicos, não em indicadores políticos e sociais. É como uma dissociação entre dois mundos, o mundo da economia e o mundo do poder político (Latinobarometro, 2017).

Assim, se analisou dados cross-section e dados em painel, por intermédio do software Stata versão 13, referente à índices dos países da América Latina. Os dados foram captados pelo período de 2010 a 2020, nas bases do Índice de Percepção da Corrupção para o construto da Corrupção e o Índice de Gini para a distribuição da riqueza, com o propósito de se verificar a interferência da corrupção na distribuição da riqueza. Há de destacar que pela ausência de dados não foram captados dos dados de Cuba e do Haiti. Ademais, como variáveis moderadoras, somou-se ao modelos os índices de educação, saúde e IDH.

Como resultado, desta análise, apurou-se que, apesar de existir uma relação inversamente proporcional como se esperava, entre a corrupção e a distribuição da riqueza, esta não é significativa, ou seja, a melhor ou pior distribuição de riquezas dos países da América latina, não tem relação com a corrupção.

Há de se acrescer que como limitação desta pesquisa, a dificuldade de se verificar o impacto da corrupção na economia e na distribuição da riqueza, devido às variadas modalidades nas quais o dinheiro desviado pode retornar à atividade econômica. Em outras palavras, por mais que o dinheiro tenha sido desviado, empregados foram gerados e atividades empresárias foram exercidas. Somado a isso, em análises empíricas, existe o obstáculo de estimar quanto de corrupção está presente nas operações de um país, de maneira que o efeito

não possa ser encontrado, não por inexistir, mas por não estar presente nos dados disponíveis relacionados ao montante total da corrupção (Campos & Pereira, 2016; Wedeman, 1997).

1 Corrupção e Distribuição de Riqueza

A questão da redistribuição de riqueza está presente no discurso político nas sociedades capitalistas ou socialistas, a despeito da controvérsia sobre o papel do Estado. Alguns autores defendem que sem o Estado não haveria desenvolvimento, enquanto que outros dizem que a intervenção estatal deve ser mínima e que os mercados se autorregulam (Pikety, 2015). Neste sentido, as países capitalistas, independente da corrente ideológica seguida, implantaram de forma progressiva sistemas públicos de proteção social, levando o Estado a intervir na economia para oferta de bens e serviços e regulando os mercados (Schmidt, 2006).

A redistribuição de renda não deve consistir na transferência de riqueza dos ricos para os pobres, “ela consiste no financiamento dos serviços públicos e das rendas de forma mais ou menos igualitária para todos, especialmente nos domínios da educação, da saúde e das aposentadorias” (Pikety, 2015, p. 467).

Assim, o desequilíbrio causado pela distribuição desigual de riqueza entre os diferentes grupos e setores sociais e estatais pode fazer com que os benefícios, em especial financeiros, se concentrem nas mãos de grupos dominantes, o que exclui os demais pela imposição da força e da opressão (Schmidt, 2006).

Os trabalhos empíricos que investigaram os impactos da corrupção sobre a distribuição de riqueza *per capita*, em sua maioria, encontraram resultados que apoiam a tese do efeito negativo da corrupção, mediante uma abordagem com dados de corte transversal (Everhart et al., 2009; Islam, 2004; Mo, 2001). Países com elevados níveis de corrupção sofrem mais sequelas no âmbito social do que países com menores níveis. Essa peculiaridade está claramente inserida sobre os países da América Latina, que detém desmedidos índices de corrupção percebida na classificação da Transparência Internacional (Silva & Ferreira, 2018).

Essa realidade mostra que privilégios e privações, decorrentes de atitudes corruptas, foram dispostos socialmente para garantir ou não acesso aos bens públicos. Assim, dispositivos de hierarquização são aplicados de forma a manter os pobres, historicamente excluídos da população, sempre na privação e à margem social (Costa, 2018).

É oportuno considerar que a corrupção, também, pode emergir como fruto de políticas assistencialistas, nas quais o indivíduo é sujeito passivo, sem a devida valorização do seu potencial cultural e criativo. Uma parte importante dos programas tradicionais de luta contra a

pobreza ainda se baseia em relações paternalistas (corruptas), onde os pobres são vistos como “carentes” e isso fortalece ainda mais as regras de nivelamento descendente. (Arriagada, 2003).

Como exemplo desta situação, traz o esboço de uma percepção da segregação social existente em Fortaleza, em coletas de depoimentos realizados no bairro Bom Jardim, situado na periferia de dessa cidade (Regional V), pelos norte-americanos Timothy Joseph Finan e Donald Robert Nelson, quando do desenvolvimento do Projeto Voz de Todos - PROVOZ¹. Eles apuraram, em palavras dos próprios moradores, que são “abandonados” pelo sistema político e que as prioridades governamentais são direcionadas para os pontos turísticos e regiões com maior poder aquisitivo. Asseveraram, ainda, que Fortaleza é costumeiramente descrita como duas cidades: a primeira é a que corresponde aos estratos mais ricos, próximos à praia onde restaurantes de luxo, shopping centers e serviços públicos são abundantes; e a outra, localizada em direção ao interior semiárido (sertão) do Estado. Apesar de existirem várias favelas estabelecidas próximas à praia, o grande crescimento da cidade tem ocorrido na periferia. Na verdade, a palavra periferia, em Fortaleza, carrega conotações de perigo, pobreza, crime e medo (Finan; Nelson, 2014, p. 155).

A persistência da enorme assimetria existente entre as potencialidades do planeta e a pobreza vivida por milhões de pessoas justifica, por si só, a realização de estudos que contemplem soluções, caminhos, alternativas, possibilidades para mudar essa conjuntura. Desde a primeira década do século XXI, um bilhão de pessoas passava fome em todo o mundo, 1,2 (hum vírgula dois) bilhão não tinha acesso a água potável e 2,6 (dois vírgula seis) bilhões não tinha condições mínimas de saneamento. Como consequência tem-se ainda a pobreza, desnutrição e condições críticas de saúde (Sen; Kliksberg, 2007).

Para que as pessoas tenham a chance de sair da pobreza, precisa-se remover as barreiras institucionais que foram criadas em torno delas. Deve-se inclusive mudar as regras e leis absurdas que foram elaboradas, que tratam os pobres como algo sem importância, de modo a propor novas maneiras de reconhecer uma pessoa pelo seu valor, e não por medidas artificiais, impostas por um sistema tendencioso (Yunus, 2004).

É muito tentador culpar os pobres pelos problemas que enfrentam. Contudo, quando se olha para as instituições que foram criadas, verifica-se que não atendem aos pobres, contata-se que elas, e o pensamento retrógrado que representam, devem levar uma grande parcela de

¹ O projeto PROVOZ foi criado e ainda hoje é orientado pelo professor de antropologia da Universidade do Arizona Timothy Joseph Finan, com o fito de promover uma Fortaleza participativa, inclusiva e transparente em que os intitulados “subcidadãos” exerçam os seus direitos de acesso aos seus direitos fundamentais.

culpa. Yunus (2010, p. 70), afirma que:

o ponto fundamental do desenvolvimento econômico é mudar a qualidade de vida da camada mais baixa da população. E essa qualidade não deve ser definida apenas pelo tamanho da cesta de consumo. Ela também deve incluir um ambiente que permita aos indivíduos explorar seu potencial criativo. Isso é mais importante do que qualquer medida de renda e consumo.

Somado a isso, em pesquisa realizada por Bill Drayon (2010), fundador da Ashoka, organização pioneira no campo da inovação social e no apoio aos empreendedores sociais, 52% (cinquenta e dois por cento) dos 2.7000 (dois mil e setecentos) empreendedores apoiados por aquela instituição mudaram alguma política nacional nos últimos 5 (cinco) anos e 76% (setenta e seis por cento) têm mudado o padrão nacional no seu campo de atuação.

A corrupção também pode alterar a composição dos gastos sociais de forma a beneficiar pessoas de renda mais elevada em detrimento dos mais pobres. Os contratos para obras públicas realizados de forma ilícita podem levar à infraestrutura pública inferior o que também possui impactos na desigualdade e no bem-estar das pessoas. Então, se a corrupção favorece grupos de renda mais elevada, é esperado que a mesma promovesse maior desigualdade (Henrique, 2015).

Alguns estudos afirmam que a corrupção é altamente prejudicial para a democracia pois diminui o apoio dos cidadãos ao regime (Booth & Seligson, 2009; Carlin et al., 2013), Gera relações clientelistas (Roniger, 1992) e afeta a moral social da sociedade (Estévez, 2005). Para mais, de acordo com Suárez et al. (2001), a corrupção pressupõe a existência de uma rede de atores e organizações que operam em diferentes níveis, estabelecendo processos transacionais que implicam algum tipo de atitude transgressora e um pacto de silêncio. Em outras palavras, o fenômeno da corrupção torna-se naturalizado como uma “forma normal de fazer as coisas” na sociedade, nas intuições e nas organizações.

Para mais, esse procedimento afeta a igualdade, pois nem todos os indivíduos têm como pagar subornos. Então, estar-se-ia segregando os indivíduos em duas classes: os da alta classe, que são privilegiados pelo bem público, pois teriam como comprá-lo, e os da baixa classe, que, se já sofrem com a baixa renda, ainda seriam afetados pela impossibilidade de usufruir do bem público. Por conseguinte, o *accountability* estaria afetado, pois as agências, dado que a corrupção seja algo corrente, não teriam efetividade em seu funcionamento, e, portanto, a qualidade do regime estaria fortemente abalada. Pode-se pensar ainda que a competição estaria limitada, pois alguns grupos poderiam usar a corrupção como uma fonte de vantagem

comparativa, com relação a outros, e, então, a equidade na competição seria violada (Seligson, 2002).

Há duas visões opostas sobre qual efeito que a corrupção predomina na economia, se positivo ou negativo. O segmento que aponta o efeito negativo da corrupção como predominante, isto é, independente de variáveis institucionais, o impacto negativo da corrupção será negativo, é conhecido como *Sand The Weels* (Ades & Tella, 1997; Mauro, 1995; Méon & Sekkat, 2005) A outra perspectiva afirma que a corrupção pode ter efeito positivo predominante, dependendo do contexto institucional considerado e é conhecida como a hipótese de *Grease the Weels*. (Leff, 1964; Leys, 1965).

A presente pesquisa adotou a hipótese primeira de *Sand the Weels*, (Ades & Tella, 1997; Méon & Sekkat, 2005) na qual mesmo em países com problemas de governança, com instituições falhas, a corrupção teria efeito líquido negativo, e, ao invés de amenizar, acentuaria a situação de ineficiência nestes países. Neste caso, a corrupção distorce a alocação de recursos e dificulta o crescimento econômico no longo prazo em todos os países independente do ambiente institucional, acentuando a diferença na distribuição da riqueza (Mauro, 1995).

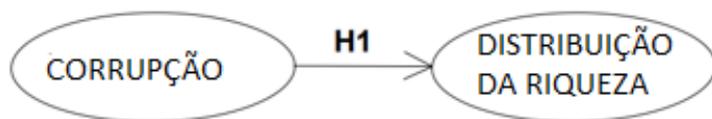
Neste contexto formula-se a seguinte Hipótese de Pesquisa:

H3: Quanto maior o nível de corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país.

2 Modelo Teórico

A utilização de modelos permite a análise e previsão do comportamento de um determinado fenômeno, sendo, desta forma, uma forma de obtenção de conhecimento (Mazzon, 1978). De acordo com Hair e cols. (2009), um modelo configura-se como uma possibilidade de operacionalização de uma teoria, proporcionando uma representação das relações a serem analisadas. Segundo Cooper e Schindler (2003), o objetivo é que o modelo proposto possa representar um sistema construído para estudar algum aspecto desse sistema ou do sistema como um todo.

O modelo teórico desta pesquisa pode ser observado na Figura 1.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O presente estudo trata da influência da corrupção na distribuição da riqueza. Os trabalhos mencionados no tópico anterior foram essenciais para o entendimento das possíveis relações entre os *construtos* da pesquisa.

3 Método

Estudiosos enfatizam que os processos metodológicos são essenciais para a compreensão da pesquisa e para a clareza dos dados e da análise dos resultados (Cooper & Schindler, 2003; Kerlinger, 1980). Esta seção tratará dos procedimentos que nortearão a condução da pesquisa, enfocando seu desenho, suas técnicas de coleta e análise de dados e seu objeto de estudo.

3.1 Delineamento da Pesquisa

O desenho da pesquisa é fundamental para objetivar o escopo, as técnicas e os métodos aplicados, a fim de responder ao problema de pesquisa. Assim, com base na lacuna teórica entre os construtos “corrupção” e “distribuição de riqueza”, conclui-se que este estudo é exploratório, explicativo e descritivo. Neste estudo será realizada uma abordagem analítica (Cooper & Schindler, 2003; Silva & Menezes, 2001).

Investigou-se a utilização do método verificado, usualmente aplicado a estudos descritivos, pretendendo ser classificado como relações entre variáveis, bem como a relação entre os fenômenos e os investigados. Caracteriza-se pela margem da estatística a fim de obter a acurácia dos resultados, evitando como método de aplicação distorções de análise e interpretação, a fim de proporcionar uma medida de segurança quanto à transferência dos resultados (Richardson, 1999).

O contexto é considerado como as regras da América Latina (exceto Cuba e Haiti), uma vez que não levam em conta as configurações das condições de poder e as negligências como

formas variadas de como os gestores interpretam como são negociados e como podem ser aplicados em função característica de regras desigualmente distribuídas (2015).

3.1 *Amostra*

Os dados dos construtos que compõe a equação (Figura 1. Modelo Teórico) foram coletados nas seguintes bases de dados secundários: 1. Índice de Percepção da Corrupção (CPI) para a Corrupção, pontuando-os de 0 (zero) percebido como muito corrupto a 100 (cem) muito transparente, um país livre de corrupção, o que ressalte-se, não há nenhum mais no mundo nesta situação. Neste sentido, serão considerados os agrupamentos de alguns assuntos homogêneos sobre os construtos a serem analisados. Há de se informar que para o desenvolvimento desta pesquisa, para foi necessário fazer a escala inversa, tendo em vista que o construto da corrupção segue em ordem crescente, ou seja 0 (zero) representa nenhuma confiança no governo e 100 (cem) confiança plena. Desta feita, para que os dois construtos possuíssem os mesmos parâmetros, inverteu-se a escala da corrupção mediante a fórmula $= (100 - \text{CPI}) = \text{CPI Inversa}$, para que 0 (zero) refira-se a um país sem corrupção e 100 (cem) um país muito corrupto. 2. Índice de Gini, extraído do Banco Mundial para o construto da Distribuição da Riqueza.

No que se refere ao Índice de Percepção da Corrupção - CPI, é a mais antiga e abrangente ferramenta de medição da corrupção no mundo, analisando os níveis de corrupção no setor público de 180 países e territórios.

Desde a criação, em 1995, o CPI é o indicador de corrupção mais utilizado em todo o mundo, pontuando 180 países e territórios a partir da percepção de especialistas e executivos de negócios sobre os níveis de corrupção no setor público. Este é um índice composto, ou seja, resulta da combinação de fontes de análise de corrupção desenvolvidas por um conjunto de organizações independentes de referência.

No que se pese o índice de Gini, O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini

costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.²

Todos os dados coletados na pesquisa foram consolidados em planilhas eletrônicas no software Stata versão 13. A escolha deste software se deu principalmente porque ele é muito utilizado em tarefas de econometria, dados cross-section e dados em painel, sendo portanto o mais adequado a ser aplicado neste trabalho.

Somado a estes dados, coletou-se ainda os dados de Saúde, educação, índice de desenvolvimento Humano (IDH), como variáveis que podem influenciar no resultado.

3.2 Variáveis independentes, dependente e de controle

Neste estudo, a corrupção foi analisada como variável independente. A distribuição da riqueza como variável dependente, a fim de estudar se a corrupção tem influência na distribuição da riqueza. Para auxiliar na consolidação do modelo, entende-se que os índices de saúde, educação e IDH de cada país podem interferir no resultado, por isso foram utilizados como variáveis de controle.

3.3 Modelo estatístico

Os procedimentos para análise de dados contemplarão a indicação do software para realização dos testes e a modelagem de dados em painel. Os testes estatísticos foram realizados com emprego do *Stata (versão 13)*. Após a identificação de todas as variáveis, será empregada uma modelagem de regressão com dados em painel, que permitirá a estimação de regressões englobando os países da América Latina pelo período de 2010 a 2020.

Dados em painel é um modelo útil quando se intenta estudar o comportamento de determinado fenômeno que se altera entre observações e, simultaneamente, de maneira temporal, por meio de uso de banco de dados que estejam estruturado com muitas *cross-sections* ao longo do tempo (Fávero, 2015). Essa técnica é útil, pois permite ao pesquisador observar as relações dinâmicas, algo que não se pode fazer com uma só *cross-section* (Wooldridge, 2010). Além disso, identifica-se entre as vantagens, a possibilidade de controle de heterogeneidade presente nos indivíduos e a ampliação do universo amostral (Takamatsu, 2015).

Desta feita, seguiu-se os seguintes passos para se chegar aos resultados:

Primeiramente, verificou-se que os painéis estão balanceados, pois há valor de

² https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28

referência em todos os anos (2010 a 2020), nos dois construtos (Corrupção e distribuição da riqueza) somando às variáveis que auxiliaram na robustez do modelo, quais sejam: saúde, educação e IDH.

Entende-se que a regressão é o método estatístico mais apropriado para avaliar o efeito de variáveis independentes sobre uma variável dependente. Dada a existência de várias variáveis invariantes no tempo (país, corrupção, distribuição da riqueza, saúde, educação e IDH), a regressão de efeitos fixos não é apropriada e é necessária uma abordagem de efeitos aleatórios. Para confirmar essa intuição, realizou-se o teste de Hausman para determinar qual modelo (efeitos fixos ou efeitos aleatórios) fez mais sentido no presente caso. O teste de Hausman ($\text{Prob} > \chi^2 = 0.7432$) indica que os efeitos aleatórios são a melhor abordagem.

A autocorrelação e a heterocedasticidade foram verificadas e nenhum destes problemas foram encontrados nos dados. Assim, para investigar a ingerência da corrupção na distribuição da riqueza utilizou-se os mínimos quadrados generalizados (GLS) com efeitos aleatórios. GLS é uma técnica de regressão linear que pode ser utilizada quando existe certo grau de correlação entre os resíduos. Nesses casos, os mínimos quadrados ordinários e outros modelos de regressão podem ser ineficientes no sentido estatístico porque os erros padrão serão inflacionados. Assim, o método estatístico mais adequado para nossos dados e modelo foi o GLS.

3 Resultados

A amostra contém dados da corrupção, distribuição da riqueza (gini), saúde, educação e IDH de 18 (dezoito) dos 20 (vinte) países que compõem a América Latina, exceto Cuba e Haiti, mostrando-se portanto, fortemente balanceado.

Após isso realizou-se o teste com o objetivo de se verificar a correlação entre as variáveis, através do comando `xtserial`. Na oportunidade, apurou-se a inexistência de autocorrelação entre as variáveis. Ato contínuo, foram efetuados os teste de regressão de efeitos fixos, aleatórios e o teste de Hausman com o objetivo de verificar o melhor modelo de regressão. Nesta conjuntura, por se constatar o valor de $\chi^2 > 0,05$, entendeu-se que o modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado, visto que o resultado encontrado foi de $\text{Prob} > \chi^2 = 0.7432$.

Por conseguinte, efetivou-se o teste heteroscedasticidade do modelo através do comando `xttest3`. Como resposta, encontrou-se que não há heteroscedasticidade, visto que foi $\text{Prob} > \chi^2 = 0.000$. Desta feita, o método estatístico mais adequado para os dados e modelo foi

o GLS. Por resultado deparou-se com o Quadro 1 abaixo:

Variáveis	Variável Dependente: Distribuição da riqueza <i>Efeitos aleatórios</i>
	Coeficiente
Corrupção	-0.007842
Educação	0.7631447
Saúde	-0.0078386
IDH	-24.4187
Constante	59.51706
Porb>F Chi2 Sigibificância do Modelo teste de Hausman Numero de observações Número de países	

Ancorados no quadro acima, pode-se constatar que a corrupção, apesar ter uma relação inversamente proporcional com a distribuição da riqueza, uma vez que os índices apresentam-se negativos, não tem significância relação, visto que $P > |t| = 0.782$. Mesmo entendimento deve ser aplicado à saúde $P > |t| = 0,757$.

Noutra seara, como resultado significativo, descobriu-se que o IDH ($P > |t| = 0.000$), bem como a educação ($P > |t| = 0.003$) impactam na distribuição da riqueza.

Em seguida tais resultados serão discutidos à luz da literatura.

4. Discussão

O objetivo deste estudo foi avaliar a influência da corrupção na distribuição da riqueza dos países da América Latina, de modo a experimentar a hipótese de pesquisa de que quanto maior o nível de corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país. Contudo, em consonância com os dados e respostas encontradas apurou-se que apesar desta ligação entre corrupção e distribuição da riqueza ser inversa, este não é um nexos que gera significância, ou seja, os altos índices de corrupção observados nos países da América Latina, não interferem na má distribuição da riqueza destes países e nos altos níveis de desigualdade social observados..

Apesar dos resultados encontrados, no contexto geral, ainda existir uma grande dificuldade em se relacionarem, prevaleceu o entendimento de que a corrupção, mesmo observadas em altos índices, gera de alguma forma, fomento na economia e por consequência na distribuição de riquezas. A hipótese de Grease the Wheels tem como base a perspectiva de que a corrupção pode tornar mais eficiente as operações cotidianas em países que têm problemas institucionais, como se constata nos países da América Latina. Práticas corruptas, como o pagamento de subornos, poderiam acelerar procedimentos tais como abertura de empresas e concessão de licenças para prestação de serviços, reduzindo a ineficiência causada por excessiva burocracia (Leff, 1964; Leys, 1965).

Neste sentido, o Dreher e Gassebner (2013) mencionaram a importância de questionar se corrupção gera mais regulação ou se vale a relação oposta. A suposição para a primeira é que os servidores públicos podem aumentar os empecilhos burocráticos para que as empresas ou indivíduos tenham que pagar por subornos maiores, conforme pontuado em Méon e Weill (2010). Já a relação causal oposta reflete o aumento das oportunidades para a realização de atos ilícitos dado o aumento do número ou da dificuldade dos procedimentos burocráticos.

Deve-se considerar ainda a complexa relação entre corrupção, educação e distribuição da riqueza. É razoável supor que em países onde as pessoas têm mais acesso à educação, haverá um nível de exigência maior por parte dos eleitores quanto às práticas dos governantes e consequentemente maior transparência dos burocratas. Outrossim, maior nível educacional também pode aumentar os custos de se envolver em atividades ilícitas, dado o que pode ser alcançado por meios lícitos. Em estudo realizada por esta pesquisadora, previsto no resultado do artigo 2, constatou-se em nos países da América Latina, a educação não mantém relação significativa a corrupção, vista que a mesma pode acontecer, independentemente do nível de escolaridade.

Contudo, no presente estudo, pode-se constatar que a educação e o IDH tem sim relevância na distribuição da riqueza. Foram utilizadas três variáveis de controle (educação, saúde e IDH), e apenas a educação apresentou relevância, ou seja, investir em educação, proporciona um sociedade mais igualitária.

Assim, uma maneira de interpretar o resultado é afirmar que nos países da América Latina investir em educação é um solução para se proporcionar um sociedade mais igualitária de forma a promover uma melhor distribuição da riqueza. No que tange à influência da corrupção na distribuição da riqueza, há se de observar que em determinado contexto, essa

relação apesar de ser inversa, ela não é relevante. Permanecem muitos questionamentos sobre os mecanismos pelos quais a corrupção afeta importantes variáveis econômicas, e a direção desses impactos. Países com elevados níveis de corrupção, que apresentaram taxas de crescimento econômico consideráveis nas duas últimas décadas, reforçam a necessidade de mais estudos sobre a relação de corrupção, crescimento e distribuição da riqueza. (Dreher e Gassebner, 2013).

Diante desse cenário contata-se que nos países América Latina para buscar combater os altos níveis de corrupção, há um excesso de normas e procedimentos burocráticos que findam em obstaculizar o desenvolvimento daquele países e fomentam a prática de atos corruptos.

A possibilidade de efeito não negativo da corrupção sobre a distribuição da riqueza seria decorrente da ineficiência originada de sistemas muito burocráticos. A base dessa hipótese é a noção de que a corrupção poderia auxiliar a economia a funcionar melhor e mais rápido. Ganhos de eficiência poderiam ser alcançados, por exemplo, em casos nos quais a intervenção do governo é socialmente indesejável e as firmas consideram rentável pagar subornos a passarem por regulações disfuncionais e incompetência governamental. Dreher e Gassebner (2013), Méon e Weill (2010) reforçam que a corrupção terá efeito benéfico apenas em países onde outros aspectos da governança sejam falhos, predominando o efeito negativo da corrupção na economia em países sem este problema.

Everhart et al. (2009) encontraram algo semelhante em países emergentes, ao utilizarem dados em painel e um modelo de efeito fixos, tal como no presente estudo. Os autores constataram que o impacto direto da corrupção sobre a taxa de crescimento econômico é estatisticamente insignificante.

CONCLUSÃO

A pergunta a ser respondida na presente pesquisa é: **“Quanto maior o nível de corrupção, mais injusta é a distribuição da riqueza, em um país?”** A resposta encontrada foi: “não” para os países da América Latina, ou seja, o menor nível de corrupção de um país não influencia no índice de distribuição da riqueza. Este achado possui entendimento diverso do esposado no referencial teórico e utilizado na elaboração e fundamentação das hipóteses da pesquisa, contudo, por meio de sistema de cálculos estatísticos oportuno para uma adequada análise dos dados obtidos, foi possível perceber a não ocorrência de uma relação significativa entre a corrupção e a distribuição da riqueza.

Devido às limitações às quais o estudo da corrupção está sujeito, os trabalhos empíricos da área ainda não conseguem analisar corretamente o potencial efeito dessa sobre a economia e a distribuição da riqueza. A abordagem utilizada teve como diferencial o uso dos dados em painel e do modelo de efeitos fixos, seguindo Everhart et al. (2009) e Islam (2004). Neste sentido esta pesquisa buscou contribuir para suprimento da lacuna teórica da ingerência da corrupção sobre a distribuição da riqueza.

É evidente que os problemas envoltos no estudo da corrupção e seus efeitos sobre a distribuição da riqueza não foram esgotados com a presente metodologia. Pode-se questionar as potenciais limitações do uso da variável corrupção embasada em índices de percepção. A falta de exatidão desses índices faz com que o risco de estimar incorretamente o nível de corrupção e seus impactos sobre a economia não sejam desprezíveis.

Outro aspecto importante a ser considerado, seria a percepção da corrupção como forma de precificar os problemas institucionais existentes. Em países onde há excessiva burocracia e instituições fracas, as restrições que os agentes econômicos enfrentam em suas atividades econômicas cotidianas podem tornar a alternativa de pagar suborno uma opção atraente por ser menos custosa. Nesses casos, o valor do suborno pago poderia ser visto como o preço dessas restrições.

Não se pode ignorar também que a relação entre as variáveis corrupção e distribuição da riqueza é complexa, sendo inviável afirmar que há apenas uma direção de causalidade entre essas variáveis. É possível que onde há mais recursos os agentes tenham mais oportunidades para realização de atos corruptos (Johnson et al., 2011).

A relação entre corrupção e regulação também merece atenção, como apontado por Dreher e Gassebner (2013), ambientes mais corruptos podem gerar incentivos para manutenção de estruturas excessivamente burocráticas. Por isso, seria interessante o uso de uma variável instrumental para corrupção, como feito em estudos de Johnson et al. (2011) e de Pellegrini e Gerlagh (2004).

No presente estudo, ao analisar os dados dos 18 (dezoito) países da América Latina, não foi encontrada uma variável que preencha os requisitos para servir de instrumento para corrupção, de modo que os resultados do modelo deverão ser interpretados com cautela. Reconhece-se, todavia, que tanto a corrupção quanto a excessiva regulação aparentam ser prejudiciais para a distribuição da riqueza mais igualitária.

Há evidências disso em diversos trabalhos da área: Mauro (1995), Djankov et al. (2006),

Everhart et al. (2009). A perspectiva dos efeitos negativos de ambas deve ser motor para a realização de reformas institucionais nos países visando reduzir os problemas decorrentes delas. De toda forma, a análise do presente trabalho, mesmo com suas limitações, reforça o argumento de que a corrupção pode não ter um efeito negativo sobre a distribuição da riqueza, pois confirme mencionado apesar de verbas terem sido desviadas, empregos foram gerados, empresas abertas e a circulação de bens e serviços na economia foi oportunizada.

Referências

- Ades, A., & Tella, R. D. (1997). The new economics of corruption: a survey and some new results. *Political Studies, Wiley Online Library*, 45(3), 496-515.
- Arriagada, I. (2003). Capital social: potencialidades y limitaciones analíticas de un concepto. *Estudios Sociológicos*, 21(63), 557-584.
- Baquero, M. (2015). Corruption, political culture and negative social capital in Marcello Baquero. *Rev. Debates*, 9, 139-157.
- Booth, J. A., & Seligson, M. A. (2009). *The legitimacy puzzle in Latin America: Political support and democracy in eight nations*. Cambridge University Press.
- Campos, F. D. A. O., & Pereira, R. A. (2016). Corrupção e ineficiência no brasil: Uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos, SciELO Brasil*, 46(2), 373-408.fe
- Carlin, R. E. et al. (2013). Political legitimacy and democratic values. In: M. A. Seligson et al. (Ed.), *The political culture of democracy in the Americas 2012: Towards equality of opportunity*. Vanderbilt University.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração* (7ª ed.) Bookman.
- Costa, A. C. G. (2018). Corrupção e desigualdade como sintomas do submundo do desenvolvimento. *Compólitica*, 8(2), 127-144. 10.21878/compolitica.2018.8.2.146
- da Costa Silva, P. H., & de Oliveira Ferreira, M. (2018). Associações entre percepção de corrupção e crescimento econômico nos países da América do Sul: uma análise com variáveis instrumentais. *Espacio Abierto*, 27(4), 197-217.
- DJANKOV, S. et al. The regulation of entry. *The quarterly Journal of economics*, Oxford University Press, v. 117, n. 1, p. 1–37, 2002.
- Drayton, B., & Budinich, V. (2010). A new alliance for global change. *Harvard business review*, 88(9), 56-64.
- Dreher, A.; Gassebner, M. Greasing the wheels? the impact of regulations and corruption on firm entry. *Public Choice*, Springer, p. 1–20, 2013.
- Estévez, A. M. (2005, janeiro/março). Reflexiones teóricas sobre la corrupción: Sus dimensiones política, económica y social. *Revista Venezolana de Gerencia*, 10(29), 43-85.

- Everhart, S. S., Vazquez, J. M., & McNab, R. M. (2009). Corruption, governance, investment and growth in emerging markets. *Applied Economics*, 41(13), 1579-1594.
- Fávero, L. P. (2015). *Análise de dados: Modelos de regressão com excel, stata e SPSS*. Elsevier.
- Hair, J. J. F. et al. (2009). *Análise multivariada de dados* (6^a ed.). Bookman.
- Henrique, A. de T. (2015). *Análise da relação entre a corrupção e a desigualdade de renda nos municípios brasileiros* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil].
- Islam, A. (2004). Economic growth and corruption evidence from panel data. *Bangladesh Journal of Political Economy*, 21(2), 185-198.
- JOHNSON, N. D.; LAFOUNTAIN, C. L.; YAMARIK, S. Corruption is bad for growth (even in the united states). *Public Choice*, Springer, v. 147, n. 3, p. 377–393, 2011.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual*. EPU.
- Kliksberg, B. (2000). *Capital social y cultura*. Fondo de Cultura.
- Leff, N. H. (1964). Economic development through bureaucratic corruption. *American Behavioral Scientist*, 8(3), 8-14.
- Mauro, P. (1995). Corruption and growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(3), 681-712.
- Mazzon, J. A. (1978). *Formulação de um modelo de avaliação e comparação de modelos em marketing* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Méon, P.-G., & Sekkat, K. (2005). Does corruption grease or sand the wheels of growth? *Public Choice*, 122(1), 69-97.
- Mo, P. H. (2001). Corruption and economic growth. *Journal of Comparative Economics*, 29(1), 66-79.
- Nelson, D. R., & Finan, T. J. (2014). Participação e impotência: a busca pela esperança na periferia de Fortaleza, Brasil. *ILUMINURAS*, 15(36).
- RONIGER, L. Clientelismo y esferas públicas en el marco democrático. *LOS PODERES DE LO PÚBLICO: DEBATES, ESPACIOS Y ACTORES EN AMÉRICA LATINA*, 71.
- PELLEGRINI, L.; GERLAGH, R. Corruption's effect on growth and its transmission

- channels. *Kyklos*, Wiley Online Library, v. 57, n. 3, p. 429–456, 2004.
- Piketty, T. (2014). *Capital en el siglo XXI*. Fondo de Cultura Económica.
- Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3ª ed.). Atlas.
- Schmidt, J. P. (2006). Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In R. G. Leal, & Reis, J. R. dos (Org.), *Direitos sociais & políticas públicas: Desafios contemporâneos*. Edunisc.
- Seligson, M. (2002). The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries. *The Journal of Politics*, 64(2), 408-433.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Sen, A. (2007). *Identity and violence: The illusion of destiny*. Penguin Books India.
- Silva, E. L. D., & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (3ª ed.). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Suárez, F., Jabbar, M., & Isuani, F. (2001, maio/junho). La corrupción organizacional: aportes para un desarrollo teórico conceptual. *Revista Probidad*, (14).
- Takamatsu, R. T. (2015). *Indicadores contábeis, ambiente informacional de mercados emergentes e retorno das ações*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- Wedeman, A. (1997). Looters, rent-scrappers, and dividend-collectors: Corruption and growth in zaire, south korea, and the philippines. *The Journal of Developing Areas*, 31(4), 457-478.
- Yunus, M. (2004). Grameen Bank, microcredit and millennium development goals. *Economic and Political Weekly*, 4077-4080.